



CSU Digital S.A.
Companhia aberta
CNPJ nº 01.896.779/0001-38
ri.csu.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Mensagem da Administração

A CSU Digital passou por um profundo processo de transformação e expansão nos últimos quatro anos, baseado em quatro pilares principais: digitalização, hiperautomação, expansão de portfólio e uso de inteligência artificial.

No primeiro pilar, focamos na digitalização de nossos produtos. Esse movimento foi essencial para adaptar nossos serviços ao ambiente digital, tornando-os mais acessíveis e eficientes para nossos clientes. A digitalização permitiu uma maior agilidade nas transações financeiras, eliminando a necessidade de processos físicos e reduzindo significativamente o tempo de resposta. Além disso, a digitalização expandiu nossas capacidades de personalização e integração com outras plataformas, proporcionando uma experiência mais completa e satisfatória para os usuários.

Paralelamente à digitalização, a CSU Digital também investiu fortemente em hiperautomação de seus próprios processos. Esse conceito vai além da automação tradicional, buscando automatizar não apenas tarefas individuais, mas também processos completos e interconectados. A hiperautomação permitiu uma otimização significativa de nossas operações, reduzindo custos, aumentando a eficiência e minimizando erros.

Esses dois pilares - digitalização e hiperautomação - foram fundamentais para que a evolução dos resultados da CSU se tornasse ainda mais expressiva, com diversos recordes históricos operacionais e financeiros apresentados repetidamente. Nesse ano de 2023:

- alcançamos 36,9 milhões de unidades de contas e cartões cadastrados em nossas bases (+2,8% vs. 2022);
- foram 1,1 bilhão de transações processadas em nossas plataformas (+24,4% vs. 2022), que representam em valores financeiros R\$ 326 bilhões;

• a quantidade de interações digitalizadas na DX já gira em torno de 70% do total, agenda que tem permitido ganhos constantes de margem nessa unidade de negócios;

• nossa receita na CSU Pays continua em ampla expansão e atingiu o valor de R\$ 338 milhões no acumulado do ano (+5,4% vs. 2022);

• a margem bruta de ambas unidades cresce de forma ininterrupta alcançando 51,7% na CSU Pays (vs 51,4% em 2022) e 17,7% na CSU DX (vs 16,9% em 2022), elevando o total da Companhia para 39,4% (vs 37,5% em 2022);

• o EBITDA da Companhia alcançou seus maiores valores históricos, tanto na visão trimestral como no acumulado do ano, chegando a R\$ 48,2 milhões e margem de 35,6% no 4T23 (+13% e +4,7 p.p. vs. 4T22, respectivamente) e R\$ 181,4 milhões e margem de 34,2% em 2023 (+9% e +3,3 p.p. vs. 2022);

• o lucro líquido alcançou valor recorde no acumulado do ano de R\$ 88,4 milhões, aumento de R\$ 14,8 milhões (+20,2% vs. 2022), com margem de 16,7% (+3,0 p.p. vs 2022) da mesma forma, recorde para o período.

Conjuntamente às medidas de melhorias operacionais, construímos as bases de um futuro promissor para o grupo, abrindo novas e importantes oportunidades de crescimento a partir da ampliação de nosso portfólio. Finalizamos com êxito o desenvolvimento de nossa plataforma abrangente de soluções de processamento de transações financeiras (cartões, Pix, criptomoedas, contas digitais, transferências, pagamentos, recargas, entre outros) e que passaram a ser disponibilizadas de forma embutida via API em múltiplas interfaces (APPs CSU *white-label* e/ou dos clientes) no 2T23. De forma subsequente, no 3T23 passamos a oferecer para os nossos clientes de forma ampla e estruturada o que há de mais avançado no que tange à tecnologia para hiperautomação de processos de negócios

em operações massificadas de *front-office*, *middle-office* e *back-office* com o lançamento de nossa plataforma HAS, nova solução da CSU DX.

Com o término dessa fase, a CSU Digital reforça a sua posição como a maior e mais completa plataforma do mercado. Nossas soluções oferecem às empresas contratantes a capacidade de proporcionar aos seus clientes finais uma experiência em serviços financeiros completa, integrada e genuinamente digital do início ao fim, independentemente do setor em que atuam.

Por fim, como quarto pilar de nossa estratégia, essa nova fase foi aprimorada pelo uso massivo de inteligência artificial tanto na CSU Pays quanto na CSU DX. Isso torna nossa oferta mais eficiente do que todas as disponíveis atualmente. A aplicação de inteligência artificial eleva os níveis de aprovação, assertividade e customização de ofertas, reduzem erros operacionais, riscos, retrabalhos e o tempo médio de atendimento, o que, consequentemente, melhora a rentabilidade dos negócios e a satisfação do cliente final.

Cada uma dessas novas iniciativas recém lançadas tem gerado muito interesse de potenciais clientes. Por isso, nossos setores vêm iniciando um novo e promissor ciclo de expansão para a Companhia seja na obtenção de novos clientes ou a partir da captura de oportunidades de *cross-sell* e *up-sell*. Antes de encerrar, a CSU continua comprometida em ampliar o retorno sobre o capital investido aos seus investidores. Nesse sentido, distribuiu em 2023 R\$ 63,7 milhões em proventos, sendo R\$ 14,6 milhões referentes a dividendos extraordinários do ano 2022, R\$ 22,2 milhões referentes ao montante bruto de JCP do ano 2022 e R\$ 26,9 milhões de valor bruto de JCP referente ao ano de 2023. Agradecemos a todos pela confiança depositada na atual Administração.

Marcos Ribeiro Leite
Fundador & CEO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		2023	2022				2023	2022	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	74.608	86.455	75.290	Fornecedores	12	35.345	38.755	35.345
Contas a receber de clientes	5	76.879	76.312	76.879	Empréstimos e financiamentos	12	4.929	9.587	4.929
Estoques	6	2.449	3.588	2.449	Passivos de arrendamento	12	20.647	26.911	21.800
Tributos a compensar	14	6.963	5.455	6.963	Obrigações sociais e trabalhistas	13	47.884	49.289	47.890
Outros		8.922	10.672	8.922	Tributos a recolher	14	5.460	4.210	5.460
		169.821	182.482	170.503	Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	7.536	8.051	7.536
					Outros		121.801	156.994	122.960
Não circulante					Não circulante				
Depósitos judiciais	16	4.093	6.853	4.093	Empréstimos e financiamentos	12	1.689	6.763	1.689
Tributos a compensar	14	1.395	3.937	1.395	Passivos de arrendamento	12	36.490	42.443	40.333
Outros		213	2.275	422	Passivos judiciais	16	8.740	10.396	8.740
		5.701	13.065	5.910	Tributos a recolher	14		299	
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	8.458	9.478	8.458
Investimento	8	31.955	31.097	31.097			55.377	69.379	59.220
Imobilizado	9	14.879	15.262	14.879	Patrimônio líquido	18			
Intangível	10	322.097	288.681	322.097	Capital social		229.232	169.232	229.232
Ativos de direito de uso	11	62.081	76.632	67.050	Reserva de capital		3.009	2.402	3.009
		431.012	411.672	435.123	Reservas de lucros		200.179	213.276	200.179
					Ações em tesouraria		(3.064)	(3.064)	(3.064)
		436.713	424.737	441.033			429.356	381.846	429.356
Total do ativo		606.534	607.219	611.536	Total do passivo e patrimônio líquido		606.534	607.219	611.536

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros		Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Formação em ações controladora	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de lucros					
Em 1º de janeiro de 2022	169.232	2.037	(3.140)	146.414	18.122	342.831	342.831
Lucro líquido do exercício					73.572		73.572
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 21)		365				365	365
Baixa de ações em tesouraria com utilização de reservas			76			76	76
Destinação do lucro (Nota 19)				(16.200)			(16.200)
Retenção de lucros				33.104	(33.104)		
Reserva legal					(3.679)		
Juros sobre capital próprio (Nota 19)					(22.200)		(22.200)
Dividendo adicional proposto					(14.589)		(14.589)
Em 31 de dezembro de 2022	169.232	2.402	(3.064)	163.318	21.801	378.444	378.444
Outros resultados abrangentes						3.402	3.402
Ativos financeiros mensurados a valor justo - VJORA						3.402	3.402
Variação cambial de investimentos no exterior							
Em 31 de dezembro de 2022	169.232	2.402	(3.064)	163.318	21.801	381.846	381.846
Lucro líquido do exercício						88.423	88.423
Aumento de capital	60.000			(60.000)			
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 21)		607				607	607
Dividendos					(14.589)		(14.589)
Destinação do lucro (Nota 19)							
Retenção de lucros				39.790	(39.790)		
Reserva legal					(4.421)		
Juros sobre capital próprio					(26.900)		(26.900)
Dividendos adicionais propostos					(17.312)		(17.312)
Em 31 de dezembro de 2023	229.232	3.009	(3.064)	143.108	26.222	429.358	429.358
Outros resultados abrangentes						(31)	(31)
Ajustes de conversão investimentos no exterior							
Em 31 de dezembro de 2023	229.232	3.009	(3.064)	143.108	26.222	429.357	429.357

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relativas ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

As operações da CSU Digital S.A. ("CSU" ou "Companhia") compreendem a prestação de serviços de processamento de cartões de crédito e de uso múltiplo, de gestão e operacionalização de teletendimento e operacionais (*contact centers*), de telecobrança e análise de crédito, de desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento, de fidelização e aquisição de clientes, de prestação de serviços e empresas que operam no credenciamento de estabelecimento para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações eletrônicas de meios de pagamento, de prestação de serviços de terceirização de tecnologia da informação (TI), desenvolvimento de atividades de administração e emissão de cartões de crédito, desenvolver soluções e atividades de gestão de contas de pagamentos e serviços de correspondentes bancários a instituições financeiras. A Companhia é uma sociedade anônima com sede na cidade de Barueri, no estado de São Paulo, com registro e ações que são negociadas na bolsa de valores B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. O controlador em última instância é o Diretor-Presidente e fundador da Companhia, Marcos Ribeiro Leite, que detém diretamente 0,2% das ações e 54,00% das ações por meio da Greeneville Delaware LLC. Diversos outros acionistas detêm 44,5% das ações e, além disso, a Companhia possui 1,30% de ações em tesouraria. A Companhia é controladora da subsidiária integral CSU International LLC, constituída em 21 de dezembro de 2022, localizada nos Estados Unidos da América, que funciona como ponto de apoio para a expansão da empresa de soluções tecnológicas para meios de pagamento e relacionamento com consumidores nos Estados Unidos. Até 31 de dezembro de 2022 a CSU International LLC não realizou operações comerciais. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 20 de março de 2024.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", exceto quanto à apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), requerida pela legislação societária para as companhias abertas, mas como informação suplementar às normas IFRS que não requerem esta apresentação. As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e elas estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, aplicadas de maneira consistente nos exercícios anteriormente apresentados. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidas no resultado. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da CSU Digital S.A. e sua controladora em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data efetiva da aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Na consolidação todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com a controlada foram eliminados. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem a seguinte controlada:

	% Participação
Controlada	Direta
CSU International LLC	100%

2.3 Novas normas, interpretações e alterações às normas: Em 2023, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/IAS 8	Distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças de estimativas contábeis	01/01/2023
Adoção ao CPC 50/IFRS 17	Contratos de seguros - CPC 50. Impactos para seguradoras e resseguradoras	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Tributos sobre o Lucro - CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação	01/01/2023
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	Definição e divulgação de informações adicionais para financiamento de fornecedores	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Definição da mudança na divulgação de passivos de longo prazo com covenants e classificação do passivo como circulante ou não circulante	01/01/2024

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no CPC 02/IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando da falta de cambialidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16	Tratamento do passivo de arrendamento nas transações de Sale and Leaseback	01/01/2024
Adoção ao IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	01/01/2024
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima	01/01/2024
Alterações ao CPC 18 (R2)/IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pela IASB

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações. **2.4 Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração. **2.5 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e apresentados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"), qual seja o Real. Para fins de apresentação das Demonstrações Consolidadas, os ativos e passivos da controlada CSU International LLC (localizada nos Estados Unidos da América), originalmente denominada em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido. **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.7 Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial, de acordo com o CPC 26 (R1). Apresentação das Demonstrações Contábeis, com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo, se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, ou como "caixa e equivalentes de caixa", a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como "não circulantes". Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como "não circulante". Os ativos e passivos fiscais diferidos no ativo e passivo não circulante.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa com os próprios emissores, que são instituições financeiras de primeira linha e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía aplicações financeiras superiores a 90 dias. **2.9 Ativos e passivos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica todos os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo através do resultado, ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos ou passivos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, sendo sua baixa realizada quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios. (a) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:* Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia não celebrou contratos que possam ser enquadrados nessas características. (b) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:* São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço, sendo estes classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber e as outras contas a receber, sendo contabilizados no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, amortizados, usando o método da taxa efetiva de juros. No encerramento do exercício é avaliado se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros e, quando identificada, uma provisão é registrada e reconhecida na demonstração do resultado. (c) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes:* São Ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial do investimento acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Para a determinação do Valor Justo utilizamos múltiplos observados no mercado de capitais relacionadas a aquisições de participações em empresas do mesmo setor/equiparada. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise de múltiplos do faturamento projetado para o cálculo de valor justo do investimento. Múltiplos por faturamento é o método que apura o valor da empresa por análise comparativa com o desempenho econômico-financeiro e de outras empresas similares do mercado. O valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes na rubrica ajuste de avaliação patrimonial demonstrado pelo seu valor líquido dos efeitos tributários. **2.10 Impairment de ativos financeiros:** Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro e pode ser estimado de maneira confiável. A Companhia aplica a

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto informação por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2023	2022	
Receita líquida de prestação de serviços	23	530.233	537.168	530.233
Custo dos serviços prestados	24	(321.310)	(335.740)	(321.310)
Lucro bruto		208.923	201.428	208.923
Despesas operacionais				
Com vendas	24	(8.637)	(10.176)	(8.637)
Generais e administrativas	24	(83.912)	(85.224)	(86.827)
Outras receitas, líquidas		4.082		



CSUD
B3 LISTED NM

IGC-NM B3

IGC B3

ITAG B3



CSU Digital S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 01.896.779/0001-38

ri.csu.com.br

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relativas ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26 RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 18.2). (b) Diluído: O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

	2023	2022
Numerador (em Reais)		
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias	88.423	73.572
Denominador (em unidades de ações)		
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas ações em tesouraria)	40.796	40.899
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas ações em tesouraria e potenciais ações concedidas a empregados)	41.156	40.573
Resultado básico por ação	2,1674	1,7989
Resultado diluído por ação	2,1485	1,7847

27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração.

As informações de ativos e passivos por segmento não são fornecidas regularmente para a Administração. O resumo com as informações por segmento da Companhia, segregadas entre CSU Pays e CSU.DX, está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	CSU Pays		CSU DX	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de prestação de serviços	393.645	372.778	209.857	236.415
Deduções da receita bruta	(55.583)	(52.153)	(17.686)	(19.872)
Receita líquida de prestação de serviços	338.062	320.625	192.171	216.543
Custo dos serviços prestados	(163.207)	(155.824)	(158.103)	(179.916)
Lucro bruto	174.855	164.801	34.068	36.627
Despesas operacionais	(55.428)	(62.996)	(36.092)	(33.921)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	119.427	101.805	(2.024)	2.706

Os 10 maiores clientes concentram parte significativa da receita bruta anual, de forma que a perda de nossos maiores clientes pode impactar de forma adversa os resultados da Companhia. A abertura de outras receitas líquidas conforme linha do grupo de despesas operacionais da demonstração de resultados está abaixo:

	Receitas (despesas) operacionais	
	2023	2022
Outras Receitas	3.171	774
Outras Despesas	911	(2.291)
	4.082	(1.517)

28 DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	2023	2022
Variação de valor justo de ativos financeiros - Nota 8		(5.151)
Compensação de tributos a recuperar	(3.491)	(1.411)
Plano de ações - Nota 21	(607)	(441)
JCP declarados não pagos no exercício - Nota 19		(22.200)
Direito de Uso e Arrendamentos - remensurações - Nota 11	(14.922)	(11.263)
Aquisições via Leasing - Nota 11	(5.379)	(12.060)
	(24.399)	(52.526)

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Companhia aprovou em reunião de Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2024 a distribuição de dividendos complementares propostos, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em 29 de abril de 2024, no valor de R\$ 17.312, perfazendo assim um total de R\$ 44.212 distribuídos relativos ao exercício de 2023, sendo R\$ 26.900 por meio de Juros sobre Capital Próprio (JCP), onde foram pagos R\$ 6.000 em 18 de abril de 2023, R\$ 6.500 em 17 de julho de 2023, R\$ 7.000 em 06 de outubro de 2023 e R\$ 7.400 em 28 de dezembro de 2023. Também se aprovou, na mesma reunião, a distribuição de proventos aos acionistas, na forma de JCP, relativos ao 1T24, no montante bruto de R\$ 6,5 milhões, ou R\$ 0,157551065 por ação, já excluídas as ações em tesouraria, com a retenção do Imposto de Renda na fonte a ser efetuada de acordo com a legislação em vigor e respeitadas as exceções legais. O pagamento do JCP relativo ao 1T24 será efetuado a partir de 04 de abril de 2024, com base na posição acionária de 22 de março de 2024, sendo as ações da Companhia negociadas "ex-JCP" a partir de 25 de março de 2024, inclusive, cujos valores serão imputados aos dividendos estatutários obrigatórios relativos ao Exercício Social de 2024, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária de 2025, na forma do disposto no Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia.

DIRETORIA

Marcos Ribeiro Leite
Diretor Presidente

Pedro Alvarenga D'Almeida
Diretor de Relações com Investidores

Fabiano Agante Drogueti
Diretor

Cello Rorato Junior
Superintendente Financeiro

Sérgio Pereira da Trindade
Gerente de Controladoria Sr - CRC nº 1 SP 198109/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Kandir
Presidente do Conselho Independente

Antonio Martins Fadiga
Conselheiro Independente

Marcos Ribeiro Leite
Conselheiro

Rubens Antonio Barbosa
Conselheiro Independente

Ricardo Ribeiro Leite
Conselheiro Independente

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Kandir

Sérgio Luiz da Silva Ribeiro

João Carlos Matias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros da CSU Digital S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSU Digital S.A. e Controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de Dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita de Prestação de Serviços

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.26 (a), 3.4 e 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia tem parte substancial de sua receita decorrentes da prestação de serviços de processamento de cartões de crédito, programas de relacionamento e fidelização, teleatendimento e televendas (*contact centers*). A receita é reconhecida à medida em que os serviços são prestados, calculada com base nos preços contratuais acordados com os clientes e inclui estimativas de valores a faturar. Dessa forma, devido à relevância dos valores envolvidos, complexidade do ambiente sistêmico e volumes de dados transacionados consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) entendimento da política e metodologia utilizada pela Companhia no reconhecimento de receitas; ii) com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, avaliação do desenho dos controles internos relevantes relacionados com gerenciamento de mudanças e perfis de acesso dos sistemas de medição e faturamento e avaliação dos controles de aprovação dos clientes sobre as estimativas de receitas auferidas; iii) a avaliação dos critérios e premissas adotadas no reconhecimento de receita através de testes substantivos documentais, incluindo confirmações externas com clientes da Companhia; e iv) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia a luz do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos os julgamentos exercidos e os critérios adotados para o reconhecimento de receita são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Capitalização de custos relacionados a software

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.15(b), 3(c) e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os custos de desenvolvimento de softwares que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto, identificáveis e controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Esses custos capitalizados incluem, principalmente, custos com empregados alocados ao

desenvolvimento de softwares e a aquisição de licenças de usos. Dessa forma, devido à relevância dos valores envolvidos, critérios de capitalização consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: i) entendimento da política e metodologia utilizada pela Companhia na capitalização de custos relacionados a softwares; ii) avaliação dos critérios e premissas adotadas na capitalização de custos relacionados a softwares através de testes substantivos documentais que buscamos confirmar se os ativos são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros; e iii) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia a luz do CPC 4 (R1) - Ativo Intangível. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos os julgamentos exercidos e os critérios adotados na capitalização de custos relacionados são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Alexandre Cassini Decourt
Contador - CRC nº 1 SP 276957/O-4

